

## “E EU NÃO SOU UMA INTELLECTUAL?”: A AFIRMAÇÃO DA MULHER NEGRA NO FEMINISMO ACADÊMICO

Andressa de Sousa Santos Ferreira<sup>1</sup>  
Elisangela Silva de Aquino Concha<sup>2</sup>  
Lina Maria Brandão de Aras<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta o discurso proferido por Carla Akotirene na celebração dos 40 anos do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA) em maio de 2023 e realiza reflexões em diálogo com as epistemologias feministas sobre as pautas levantadas, tendo como fio condutor a crítica ao feminismo acadêmico. O esforço de afirmação enquanto intelectual negra é problematizado ao longo das análises a partir de Gonzalez (1984), Collins (1990), hooks (1995) e Kilomba (2019). A tensão na busca por validação da intelectualidade, devido aos sistemas múltiplos de subordinação (Crenshaw, 2002) aprofundam a discussão e demonstram prejuízos materiais, teóricos e políticos. Esta é uma oportunidade de ampliar o debate sobre gênero e raça, mais que isso, valorizar os avanços alcançados, sinalizar as emergências no campo e efetivar uma ética antirracista para a transformação entre teoria e *práxis* no feminismo acadêmico do Brasil.

**Palavras-chave:** feminismo acadêmico; estudos feministas; intelectualidade negra; antirracismo; NEIM/UFBA.

### ABSTRACT

This article presents Carla Akotirene's speech at the celebration of the 40th anniversary of the Center for Interdisciplinary Studies on Women (NEIM/UFBA) in May 2023 and carries out reflections through the dialogue with feminist epistemologies on the issues raised, having as a guiding thread the critique of academic feminism. The effort to affirm herself as a black intellectual is problematized throughout the analyzes supported by Gonzalez (1984), Collins (1990), hooks (1995) and Kilomba (2019). The tension generated in the search for validation of intellectuality, due to multiple systems of subordination (Crenshaw, 2002) deepens the discussion and demonstrates material, theoretical and political losses. This is an opportunity to expand the debate on gender and race, more than that, to value the advances achieved, signal emergencies in the field and implement an anti-racist ethics for the transformation between theory and praxis in academic feminism in Brazil.

**Keywords:** academic feminism; feminist studies; black feminism; anti-racism; NEIM/UFBA.

---

<sup>1</sup> Professora auxiliar do curso de Administração da Universidade Estadual de Feira de Santana. Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas. Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil. Bolsista CAPES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4565-7562> [assferreira@uefs.br](mailto:assferreira@uefs.br).

<sup>2</sup> Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Psicóloga Clínica. Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5396-9461> [elisangelaaquino@ufba.br](mailto:elisangelaaquino@ufba.br).

<sup>3</sup> Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Titular aposentada do Departamento de História, da Universidade Federal da Bahia. Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia (1983), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1989), doutorado em História pela Universidade de São Paulo (1995) e pós-doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (2009-2010). Integra o Programa de Pós-graduação do Núcleo de Estudos da Mulher (PPGNEIM). [laras@ufba.br](mailto:laras@ufba.br).



## Introdução

No dia 17 de maio de 2023, no Salão Nobre da Reitoria, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, Carla Adriana da Silva Santos, mais conhecida como Carla Akotirene, discursou inter cruzando perspectivas teóricas, vivências, experiências e reivindicações frente apagamentos e epistemicídios comuns ao ambiente científico. Em meio a pausas para aplausos e interação com as pessoas presentes, percebemos que estávamos diante de um momento possibilitador de reflexões sobre o feminismo acadêmico.

O discurso marcou a data de celebração dos 40 anos<sup>4</sup> do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), criado em 1983, tornando-se o mais antigo núcleo de estudos sobre mulheres e gênero no país. O reconhecimento e a trajetória do NEIM se materializam em distintas formas e se consolidam em grandes conquistas, como a criação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) – o primeiro no país e na América Latina; e do curso de Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (SARDENBERG, 2021).

Dessa forma, este artigo evidencia a contribuição de feministas que compactuam da crença de que “registrar a história e memória do NEIM/UFBA nos permitirá vislumbrar de forma mais substantiva essas importantes facetas dos feminismos acadêmicos no Brasil, em especial, sua intersecção com outros campos discursivos de ação feminista” (Sardenberg, 2021, p. 86). Cecília Sardenberg, cofundadora do NEIM, para além de uma cientista reconhecida nacional e internacionalmente, é uma pessoa que assume esse compromisso. Conforme será demonstrado mais à frente, Cecília esteve presente na formação acadêmica de Carla Akotirene, cujo encontro inspirou a força da narrativa de uma mulher preta fazendo ciência. Viva Cecília!

---

<sup>4</sup> O evento, realizado no dia 17/05/2023, quarta-feira, na Reitoria da UFBA, contou com atividades como a concessão do título de Professora Emérita à Dra. Alda Britto da Motta, uma das fundadoras do NEIM pela manhã e à tarde, a exposição “40 anos do NEIM”, além da solenidade no Salão Nobre com a atividade cultural da Mestra Mônica Millet e Tambora Ayó, em seguida mesa de abertura com a Dra Cecília Maria Bacellar Sardenberg - Presidenta de Honra dos 40 Anos do NEIM, profa. Dra. Izaura Cruz - Coordenadora do NEIM e mestra de cerimônia profa. Dra. Silvia Lucia Ferreira – Vice Coordenadora do NEIM. A Mesa Redonda “Perspectivas para o Feminismo Acadêmico no Brasil” contou com a participação de Maria Lygia Quartim de Moraes, Firmiane Venâncio e Carla Akotirene com moderação de Cecília Maria Bacellar Sardenberg.

A pergunta que intitula o presente artigo foi pensada a partir da paráfrase à Sojourner Truth<sup>5</sup>, indagando: E eu não sou uma intelectual? Exatos 172 anos distanciam dois discursos de mulheres pretas. A pergunta atualizada em 2023 sinaliza a permanência da tensão que perpassa e ultrapassa o tempo histórico, território e cultura, na busca por atribuir intelectualidade à mulher negra, devido aos sistemas múltiplos de subordinação (CRENSHAW, 2002).

Na condição de mulheres negras, discentes da pós-graduação, presenciar o momento encontrou aproximações à inquietude e motivou refletir a crítica feita, na denúncia às limitações existentes no feminismo, no ensino superior, na universidade e nas ementas das disciplinas dos cursos, especialmente aos do NEIM. Afinal, a crítica deve ser o ponto de partida para proposições que causem transformação. Assim, como as questões apresentadas no discurso de Carla Akotirene, sobre gênero e raça na ciência feminista, podem ser refletidas em prol de uma ética feminista e antirracista que alcance teoria e *práxis*?

Este artigo possui o objetivo de apresentar o discurso proferido por Carla Akotirene, refletindo as pautas levantadas em diálogo com as epistemologias feministas, considerando como fio condutor a crítica ao feminismo acadêmico. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados foram a transcrição de conteúdo, referente ao discurso, disponível em formato de vídeo no canal TV UFBA no *Youtube*<sup>6</sup>, pois “a maior de todas as pretensões de qualquer metodologia de transcrição é capturar a ‘essência’ do momento” (CRUZ *et al.*, 2019, p. 13). Além de pesquisa bibliográfica, tendo em vista a fundamentação teórica e informacional.

O artigo foi organizado em duas partes. Na primeira, expõe-se o discurso de Carla Akotirene, transcrito pelas autoras na íntegra – em um esforço colaborativo de garantir a originalidade, regionalismos linguísticos e integridade. Na segunda parte são repercutidas as questões temáticas do discurso com apresentação de dados, aproximações e distanciamentos teóricos, além de reflexões sobre a teoria e *práxis* na ciência feminista no Brasil. Nas considerações finais, encaminha-se ampliação à crítica feminista para estudos sobre o tema.

---

<sup>5</sup> “E eu não sou uma mulher?”, discurso proferido em uma intervenção na *Women’s Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851 (AKOTIRENE, 2018).

<sup>6</sup> O vídeo pode ser acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=iFV5htP1MVo>

## E Eu Não Sou Uma Intelectual?

Carla Akotire - *Boa tarde a todas as pessoas presentes. Quero dizer que é uma grande honra para mim, para o meu Ori, para minha família ancestral, estarmos comemorando hoje 40 anos de NEIM. Sim! Cecília, minha Ori-entadora... É importante dizer, Ori-entadora! Porque nós descendentes de africanos, o Ori é uma cabeça e se nossa orientadora for colonizada prejudica o nosso caminho intelectual, então, eu lhe agradeço imensamente, Cecília Sardenberg, porque nós construímos juntas esse caminho de orientação pelo Sul Global, pela periferia do mundo, a partir da minha ancestralidade e da justiça que se faz hoje a partir do momento que eu componho essa mesa.*

*Tendo em vista que hoje né, para as epistemologias Iorubás consagramos a vitória de uma justiça que ainda não está em exercício, que é a justiça de Xangô. Xangô que, ao contrário de Temis que está com os olhos vendados sem ver a LGBTfobia dentro da Universidade, sem ver o racismo na Universidade, o capacitismo e todos os apagamentos desses grupos historicamente excluídos. Ele é o Ojuobá porque está com os olhos bem abertos e vai julgar todo aquele e aquela que for pessoa negra, ou se afirmar pertencente da comunidade africana, e não fazer jus ao compromisso ético, filosófico e político, em prol não do nosso ingresso individual, como bem falou aqui a nossa voz política que pavimenta também a nossa participação no cenário da implantação, monitoramento e aplicação das políticas públicas que é Olívia Santana<sup>7</sup>. Então, nós, pessoas negras que ingressamos nesse espaço precisamos nos comprometer para não sermos os únicos aqui, como vai dizer Malcolm né? O único preto aqui, a única preta aqui.*

*Nós temos o compromisso de ingressar nesse espaço e fazermos as disputas que precisam ser estabelecidas no ponto de vista de quem foi explorado, de quem foi silenciado. E por muito tempo, eu também me considerei essa pessoa silenciada até*

---

<sup>7</sup> Deputada estadual (PCdoB) reeleita em 2022, Olívia Santana estava presente no evento de comemoração dos 40 anos do NEIM, reforçando sua trajetória política como a primeira deputada negra da história da Bahia. No dia 25 de julho de 2023, lançou o seu primeiro livro “Mulher negra na política” em que destaca os desafios de gênero e raça no cenário brasileiro e baiano.

*ingressar no PPGNEIM que eu ingressei em 2010, mas antes já conhecia esse espaço acadêmico a partir da minha orientadora de graduação que é a Dra. Márcia Macedo.*

*Márcia Macedo, eu tenho profundo... Márcia Macedo foi minha orientadora na graduação. Olhe gente, eu vou tomar o ponto de vista: memória e ancestralidade que são categorias essenciais para o paradigma afrocêntrico. Então são essas duas marcas da minha fala porque eu não vim reproduzir uma perspectiva teórica e sim, localizar a minha experiência vivida como fundamento do meu conhecimento. Então, eu agradeço imensamente a Marcia Macedo por me ensinar o que é política de citação. Eu lembro que a minha monografia né, eu tava lá na minha monografia escrevendo e aí Márcia Macedo dizia assim pra mim: Carla, mas quem escreveu isso aqui? Aí eu dizia: Saiu tudo da minha cabeça. Aí ela me dizia assim: Não Carla, a gente precisa exercitar o ressarcimento das mulheres que foram apagadas de suas autorias.*

*Isso me marcou tanto porque eu sou incapaz de fazer uma fala sem citar as pessoas que me antecederam. Sem citar a minha mãe, uma doutora honoris causa, uma mulher que foi alfabetizada e que me dizia: - eu quero que você estude porque eu não quero você fazendo faxina na casa das brancas. Foi o que mainha me disse e que me marcou também, em termos de compromisso ético político, porque mainha viu a filha dela, Carla Adriana da Silva Santos, se tornar alguém que está honrando a família, a partir do momento que consegue pisar na Universidade.*

*E agradecemos também a resistência negra feminista que dialogou com o governo Lula e conseguimos reposicionar, do ponto de vista demográfico, a nossa permanência e ingresso no ensino superior. Então, eu me tornei a primeira mulher a ingressar na Universidade, a primeira mulher da família. Família preta. A primeira mestra e a primeira doutora em estudos feministas.*

*Então eu agradeço! Eu sempre vou agradecer a minha mãe por esse passo que foi dado, mas agradecer também ao PPGNEIM por ter (des)essencializado as experiências que eu vivi dentro de uma família, que sim é uma família forte, uma família negra, é uma família combativa, mas que também acumulava um conjunto de experiências extremamente negativas. Experiências essas que eu costumava resolver no campo da espiritualidade. Então, a primeira vez que fui vítima de violência sexual aos 13 anos eu coloquei na cota da minha Padilha, viu professora Márcia Tavares? Outra professora que ajudou na minha construção lá no Observatório da Lei Maria da Penha,*

no OBSERVE<sup>8</sup>. Eu lembro perfeitamente de todos os ensinamentos porque, olha só né? Eu fui estagiária no OBSERVE, eu fui professora substituta, eu fui orientanda de Márcia Macedo, orientanda de Cecília Sardenberg, depois voltei pro doutorado também com Márcia Macedo. Então, eu fui aprendendo e estabelecendo as trocas que precisamos fazer porque irmã também briga, não é verdade? Irmã briga, fica de mal. Irmã diz né? quando não deve ir por esse caminho e essas trocas foram extremamente importantes.

Mas voltando pra tirar essa essência da violência, por muito tempo eu acreditei que a violência sexual que eu tinha sofrido aos 13 anos, tinha a ver com a minha Padilha. Eu dizia assim: “Poxa, é porque eu tenho uma Padilha e eu não tô dando a comida a Padilha. É por isso que eu sofri violência”. Aos 15 anos se repetiu a experiência com outro membro da família e eu disse: “Não. Sabe o que é isso? É porque a mulher negra tem essa coisa assim quente. E eu sou muito quente assim. E devo ter atraído o meu tio que até já faleceu<sup>9</sup>”.

Então o NEIM apresentou para mim a teoria e a estrutura do patriarcado pra dizer que essa estrutura produziu a dominação masculina e que mesmo dentro das famílias negras vão acontecer esses atravessamentos de exploração, de subordinação, de apagamentos, de tentativas de não deixar com que a gente siga o caminho estabelecido entre o nosso Ori e os nossos ancestrais. Então o NEIM também me marca a partir desse momento que restitui em mim a vontade de seguir e dizer sim e dizer: “Não. Isso não é culpa das entidades que me acompanham”.

Pelo contrário, as entidades que me acompanham estão fazendo esse papel de fortalecer a minha cabeça e o meu corpo para que jamais eu descumpra esse compromisso de falar como foi para mim e para as mães de vocês, né? Estou vendo aqui um público majoritariamente negro e de mulheres. Eu imagino o desafio também, sabe? É por isso que quando a gente entra na Universidade, a gente não deve se achar melhor do que a nossa prima que é acusada o tempo todo de ter engravidado cedo e não ter seguido adiante. É por isso que quando a gente entra na Universidade, a gente tem obrigação de usar política de citação, inclusive das mulheres da nossa família que fizeram muita faxina para gente tá aqui, sabe? Que comeram muito pão seco e foram

---

<sup>8</sup>Veja o site: [http://observe.ufba.br/lei\\_mariadapenha](http://observe.ufba.br/lei_mariadapenha).

<sup>9</sup>Na fala, Carla nomeia o tio, mas decidimos não incluir essa informação na transcrição por uma questão de preservação e consentimento.

*acusadas de ladras nesses momentos que estavam fazendo faxina e limpando computador para que feministas hegemonicamente brancas, né, pudessem escrever os seus artigos, os seus livros, né? E pudessem se tornar falas universais em relação à teoria feminista.*

*Porque quando eu entrei no PPGNEIM em 2010 eu era a única negra da turma. E tinha uma africana que era Ardjana<sup>10</sup>, que foi inclusive desligada porque tinha um processo de não acompanhar o que a academia, em relação aos seus marcadores constitutivos e constituintes, não conseguia entender como localização africana de pertencimento na sala de aula. E até porque o racismo, ele imprime em nós essa vontade de ficar sentado no fundo e não querer abrir a boca com medo de tá falando errado, com medo de não está citando algum autor, alguma autora que seja reconhecidamente válido para a academia.*

*E eu me sentia muito desconfortável naquela época porque eu via sim as intelectuais negras na leitura complementar e hoje, a partir do momento que eu segui esse percurso eu sei que, junto com os meus 43 anos, o NEIM é uma mulher de 40 anos e que sabe exatamente a necessidade de restituir todas as suas marcas e diversidades em relação a quem ela é. Essa mulher que não é agora uma mulher que olha gênero para entender as desigualdades a partir do corpo morfológico, anatômico, fisiológico, constituído pela leitura do patriarcado. Mas essa mulher que entende que o racismo também está presente a partir do momento que as intelectuais negras não fazem parte desse corpo. E isso não tem a ver com o NEIM. Tem a ver com a colonialidade do conhecimento.*

*Fomos apagados das nossas autorias. E até mesmo por esse momento que foi dedicado à luta antirracista, à luta das mulheres pretas para que a gente pudesse ingressar na universidade é que, finalmente, conseguimos o ensino superior, imagine mestrado e doutorado? Desafios intelectuais extremamente desafiadores para a gente, né? Então, esse caminho pra mim naquele momento me marcou muito porque muitas vezes me senti sozinha, desestimulada a continuar, mas toda vez que Cecília Sardenberg me chamava na casa dela para olhar a dissertação e dizer assim: “Carla, o capítulo mais bonito e mais forte da sua dissertação do mestrado é Emoções Encarceradas”. Eu me*

---

<sup>10</sup> Na transcrição, o nome que é possível entender é Dijana, mas segundo dados da turma de mestrado de 2010, segundo o site do PPGNEIM, a grafia é “Ardjana Ghislaine Francisca Lacerda Robalo”. Disponível em: <http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/pt-br/turma-mestrado-2010>. Acesso em 29 ago. 2023.

*lembro exatamente dessa sua fala. Porque a minha preocupação em ser reconhecida como intelectual era tão profunda que eu só queria citar um monte de autores para mostrar para a academia que eu lia muito e que eu sabia citar Simone de Beauvoir, sabe? Mas eu disse assim: “Poxa, essas emoções que eu experimentei no conjunto penal feminino não são emoções importantes”. E aí Cecília disse assim pra mim: Não, Carla. Emoções encarceradas é tudo que a pesquisadora vivenciou a partir do momento que a instituição é racista porque só tem preto na prisão exatamente por causa do racismo. Então, se a chefe da segurança não quis te receber e disse que você era macumbeira, você precisa lembrar também que a ideia de penitenciária tem a ver com penitência. Você também está sendo vítima de ódio, racismo religioso, intolerância religiosa”. E foi esse diálogo de Ori-entação, de cabeça, que estava em processo de descolonização e que também estava fazendo um chamamento para outras articulações teóricas. Então, também lembro muito desse momento.*

*Mas sinto falta, por exemplo, quando alguma ex-aluna do bacharelado de Gênero e Diversidade chega para mim e diz: “Carla, por que o seu livro Interseccionalidade não está na bibliografia da disciplina?”. Porque é muito elegante, né, a universidade chamar as intelectuais negras para comporem os espaços né, para mostrar uma diversidade que não é aplicada na prática.*

*Eu, eu Carla, não tenho nada contra Karl Marx. Eu nasci em cinco de maio. Junto com Karl Marx. A gente ainda tem o mesmo nome. Carla e Carlos. Olha a coincidência?! Só que eu sou um Ori em processo de ruptura com a dependência epistemológica da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Eu tenho toda a autoridade discursiva para fazer as filiações teóricas que são cabíveis ao meu Ori e a encruzilhada de Exu que é a interseccionalidade. Porque a interseccionalidade é essa encruzilhada de Exu.*

*Quem for até a encruzilhada nesse momento vai encontrar farofa, vai encontrar cachaça, vai encontrar cigarro e vai encontrar mel, mas a Faculdade de Serviço Social né, e as demais instâncias dotadas de hegemonia né, procuram expropriar o nosso trabalho intelectual. Agora eu vou dar uma de Marxista agora. Vamos lá! Expropriar o nosso trabalho intelectual produzindo uma mais valia do nosso trabalho intelectual, não é verdade? Só que Exu com essas oferendas que foram produzidas por nós, ele agora fica extremamente satisfeito porque Exu não aguentava mais comer só uma perspectiva de gênero, representando apenas todas as mulheres brancas ou de raça, representando os*



*negros masculinizados. A interseccionalidade é essa oferenda que está completa. Porque foi uma oferenda preparada pelas mulheres negras. Desde o momento que Sojourner Truth entrou lá em 1851 na Conferência dos Direitos das Mulheres em Ohio e perguntou: “Eu não sou mulher?”. E aí eu pergunto: E eu não sou uma intelectual não?*

*Porque sim, eu sou assistente social, gente né? Márcia Tavares, Márcia Macedo ajudaram a instrumentalizar essa discussão do Serviço Social que precisaria de gênero e raça em patamar de igualdade. Porque toda vez que você recorta uma realidade, você perde o tamanho dessa realidade. Então eu assistente social do SUS costumo lidar com colegas que acreditam que a violência contra a mulher tem a ver com a dependência econômica. Sabe o que é isso? Excesso de leitura Marxista sem devidas creditações às intelectuais negras, como Matilde Ribeiro, Elizabete Pinto, como Benedita da Silva, Carmen Flores, como Carla Akotirene que atua no SUS há 10 anos e sabe que algumas mulheres... pouquíssimas, porque a gente dá um duro danado, a gente é correria, a gente é a categoria mãe de família, porque é a gente que está ali no fronte, enfrentando estado para reprodução da força de trabalho, inclusive, muitas mulheres sequer querem ir a delegacia para denunciar sobre os seus companheiros porque moram em territórios afetados pelo tráfico de drogas. Tráfico de drogas que também tem a ver com o discurso que foi trazido dos Estados Unidos a partir do modelo de tolerância zero e perseguição a esses territórios.*

*Então eu trabalho em Periperi. Eu sei exatamente o que é notificar mulheres vítimas de violência que diz o seguinte: “Ó... se ligue aí. Eu não vou na delegacia não porque eu não quero a polícia dentro da minha comunidade. Porque do ponto de vista de raça, a polícia persegue a mim, aos meus filhos e ao meu companheiro. Então esse problema eu consigo dialogar e resolver no âmbito doméstico, mas se a polícia invadir a comunidade amanhã estou nos programas sensacionalistas e ninguém vai conseguir arrumar emprego porque a comunidade passou na televisão. Meu filho é vítima de proibicionismo. Eu não quero a polícia na comunidade porque ele vai ser perseguido por causa de um baseado de maconha”.*

*Então a minha presença no espaço acadêmico desse feminismo, é um feminismo que se alicerçou de maneira forte teoricamente, mas está na prática vendo até que ponto é necessário algumas rupturas em relação a um saber que tem sim base da experimentação e crédito metodológico, mas que precisaria estar muito perto de uma*

*experiência de classe e raça para saber os limites dessas filiações. E eu não tenho limites de filiação teórico e metodológico e prática porque eu tanto sei muito teoricamente como eu também tenho essa experiência da assistência. Eu trabalho na assistência. Então eu sei exatamente porque nós conhecemos a Lei Maria da Penha que é de 2006 e nunca estudamos a Lei de execução penal que é de 1984 que diz respeito a maioria da população de mulheres privadas de liberdade e também por conta do tráfico de drogas.*

*Eu com o meu trabalho de mestrado digo que a cela também é um ambiente doméstico. Só que se a mulher gritar ela não vai remir pena, não vai ganhar indulto, não vai ganhar benefícios de natal. E nenhuma feminista nem branca nem negra vai tirar essa mulher dos braços do agressor que é o Estado. E é por isso que eu me comprometo com as leis que protegem as mulheres, mas também me comprometo com o abolicionismo penal. Porque a população negra que é arrancada da experiência de conviver nesse território.*

*O capitalismo, né, precisa regular as relações de trabalho. Então uma parcela de nós vai ser morta, a partir do momento que a polícia está presente dentro da nossa comunidade né? Nós sabemos que o Estado é mínimo. Ele obriga a ilicitude acontecer dentro do território e vai ter outra parcela que será capturada pra vender a mão de obra lá no sistema prisional. E essa mão de obra é exatamente responsável por fazer jus ao exército industrial de reserva: três dias trabalhados diminui um dia de pena. Então, o capitalismo precisa ler Carla Akotirene também né? O capitalismo e os autores que se filiam apenas à perspectiva de que se acabar com o capitalismo vai acabar com todas as provocações criadas pela diferença e desigualdade salarial e de classe.*

*Eu sei muito bem que a população que está em situação de rua nesse momento né, conta com homens que não detém os meios e modos de produção capitalista, mas sabem muito bem que a mulher em situação de rua é propriedade e deve ser trocada por conta de uma substância que esteja inerente a crise de abstinência, por exemplo. Então, é muito importante que o capitalismo leia - eu estou falando do capitalismo no sentido de estrutura de produção do conhecimento também né? - não continue explorando as nossas produções intelectuais, a leitura complementar e a presenças simbólicas que não podem ser contadas com a nossa presença também na leitura obrigatória e referencial bibliográfico. Então, espero muito que, além de Carla Akotirene, as intelectuais negras*

*constituam todo o corpo discursivo das ementas das disciplinas da Universidade Federal da Bahia. Obrigada, gente!”.*

## **Por Uma Ética Antirracista Para A Ciência Feminista: Caminhos Possíveis**

Neste tópico, tecemos um diálogo entre importantes referências da epistemologia feminista para construção de uma reflexão das questões apontadas no discurso proferido por Akotirene. Sempre que possível, buscou-se apresentar intelectuais negras/os, assim como pesquisas vinculadas ao NEIM. Consideramos como pontos de análise: a importância de orientadoras/es decoloniais (FARGANIS, 1997; MANO; SARDENBERG, 2021); a política de citação (hooks, 1995; COLLINS, 2016; KILOMBA, 2019); Feminismo Perspectivista (COLLINS, 1990; HARDING, 1998; BORDO, 2000); as políticas afirmativas (RIOS, 2018); o OBSERVE e a violência contra a mulher (SARDENBERG, 2021); o racismo religioso (NASCIMENTO, 2021); racismo e sexismo na pesquisa (AMORÓS, 1985, CARVALHO, 2019) e na sociedade brasileira (GONZALEZ 1984; FIGUEIREDO, 2011); e, por fim, a atualização das ementas (SARDENBERG; MACEDO, 2022).

O início da fala de Akotirene remonta à questão social da realidade acadêmica brasileira e sobre a necessidade de descolonizar a ciência em suas diversas áreas do conhecimento no Ensino Superior. O primeiro chamamento é a importância de orientadoras/es decoloniais, inclusive na ciência feminista e, nesse sentido, um bacharelado e um programa de pós-graduação que se desdobram em linhas de pesquisa que incentivam, sem julgamentos patriarcal e eurocêntrico, levam à consolidação do compromisso com os estudos feministas.

Sobre compromisso, Sandra Farganis afirma que é o condutor da relação teoria e prática da feminista que se propõe a atuar como cientista, assim o seu espaço na ciência se fundamentará na tentativa de “eliminar opressões e dominação sobre as mulheres” (1997, p. 229). Não é o caso de romantizar os estudos feministas, mas de entender que existe maior abertura para análises de fenômenos sociais que envolvem o debate de gênero(s), raça, etnia, diversidade, geração e território, desde que as/os docentes que compõem tais espaços assumam o compromisso da agenda feminista. Por isso, é um

aspecto de destaque quando Cecília Sardenberg é citada por Akotirene como exemplo que incentivou o protagonismo da experiência e do conhecimento situado da pesquisadora.

Dado o seu pioneirismo no Brasil, o NEIM teve a professora Cecília Sardenberg na primeira geração de feministas acadêmicas com articulações e filiações importantes. No artigo *Heleieth e as diferentes gerações de feministas do NEIM/UFBA*, publicado em 2021 na Revista Estudos Feministas, observa-se que as obras de Saffioti são referências fundamentais na bibliografia de teses do PPGNEIM, juntamente com as de Sardenberg, como as brasileiras mais citadas na primeira década (MANO; SARDENBERG, 2021).

Trazemos essa informação porque tanto a mais antiga geração (Cecília Sardenberg) e a mais nova (Maíra Mano) ressaltam Saffioti como uma das primeiras intelectuais brasileiras que articulou diferentes marcadores sociais em três dimensões (gênero, raça e classe) para a realidade brasileira, rememorando ao conceito de interseccionalidade, expressivamente utilizado no debate acadêmico atual, porém, muitas vezes essencializado. Isto é, uma feminista brasileira que defendeu as transformações na ordem patriarcal de gênero ao estruturar a análise com o racismo e com o capitalismo (MANO; SARDENBERG, 2021).

A discussão sobre esses aspectos perpassa outro assunto abordado: a ocupação de espaços pela mulher negra no ambiente acadêmico e na ciência feminista para que o debate seja estendido à nova geração de pesquisadoras/es. Nesse sentido, Lola Ferreira (2018) alerta que menos de 3% dos docentes da pós-graduação do Brasil são doutoras negras. Quando o recorte é feito para mulheres pretas, o quantitativo é de apenas 219 doutoras professoras. Sendo as unidades federativas com maior representatividade, se é que podemos considerar algo positivo: São Paulo (65), Bahia (35) e Rio de Janeiro (18); contra Acre, Amapá e Sergipe que não possuem sequer uma professora doutora preta.

A primeira vez que ouvimos esse dado - 219 - foi na aula da disciplina “Dinâmica das Relações de Gênero e de Classe”, ministrada pela professora Rosângela Janja Costa Araújo, docente no PPGNEIM, uma das grandes referências brasileiras e que compõe esse número. Na ocasião, semestre 2023.1, ficamos surpresas com a informação e percebemos que, diante de tantos avanços no debate nacional, há muito a alcançar, afinal é a mulher negra e, principalmente, preta, que mais sofre na hierarquia de opressões.

Vale lembrar também que essa disciplina foi construída com alguns detalhes especiais, seja pela ementa diversa nacional e regional antirracista em diálogo com leituras internacionais e contra-hegemônicas, ao mesmo tempo que trouxe para o debate a branquitude; seja pela homenagem à Márcia Regina da Silva Paim (*in memoriam*), doutoranda do PPGNEIM, que faleceu em 25 de janeiro de 2023. Márcia Paim, intelectual negra, era orientada por Mestra Janja, como a professora Rosângela Araújo gosta de ser chamada em referência à Capoeira Angola. Essa foi uma forma de torná-la “Presente” nos seminários da disciplina, pois na história do PPGNEIM sempre estará, conforme destacado na nota de pesar: “uma pesquisadora, historiadora, educadora e militante [...] que sempre trazia no olhar a chama dos desafios, da inquietude frente às injustiças e desigualdades sociais que atingem em especial as mulheres negras” (PPGNEIM, 2023).

A presença de Márcia’s, Carla’s e Ardjana’s na Universidade e em programa de pós-graduação promove crescimento, democratização e difusão do conhecimento, pois problematiza questões que são próprias ao ser mulher preta na sociedade brasileira (posicionalidade) e que incidem “na construção do objeto maior” (SARDENBERG, 2021). Tal posição amplia, também, a possibilidade de mudar o cenário estrutural das “219”. Ao mesmo tempo, essa pauta nos faz refletir sobre o que pontuou Sandra Harding (1998) em *¿Existe un método feminista?*, quando revisa os problemas relacionados à crença de “somar ou agregar mulheres” à ciência como insuficiente para garantir uma ciência feminista.

Harding (1998) indica três dimensões problemáticas: a apropriação sofrida pelas cientistas; a heroização da “história única” de mulheres que participam da vida pública e a denúncia das vítimas de violência de dominação masculina. O fato de existirem mulheres negras no ambiente universitário fazendo ciência não as isenta de vivenciar essas formas de opressão, como percebido pelas denúncias, cada vez mais, correntes de assédio nas universidades. Ao mesmo tempo, não garante que suas produções sejam antirracistas, feministas e contra-hegemônicas, pois a colonialidade do conhecimento fundou todas as áreas.

O Feminismo Perspectivista ou *Standpoint* abre portas para repensar como a ética feminista deve conduzir a ciência, para além do olhar universal do homem branco europeu (COLLINS, 1990; HARDING, 1998, BORDO, 2000). Assim, investigações que partem do feminismo negro, do feminismo afro-latino-americano, de epistemologias

afrocêntricas posicionam as pesquisadoras negras e chicanas como “forasteiras de dentro” (*outsider within*), pois ocupam posições marginais (COLLINS, 2016).

Sardenberg (2021, p. 89) ratifica que a finalidade de (re)pensar o feminismo acadêmico é “amplia[r] nosso espectro de análise para dar conta das conexões, trocas, tensões entre os diferentes campos feministas, sem, contudo, deixar de reconhecer seus limites, ainda que fluidos”. Nesse sentido, Carla Akotirene destacou a tensão que é a política de citação dessas forasteiras, não reconhecidas academicamente. O tensionamento parece ser apoiado no argumento de bell hooks (1995) sobre a sociedade anti-intelectual que descredibiliza e silencia tudo que não alcança o *status* de erudito, valorado como “coisa de branco” (hooks, 2015<sup>11</sup>, p. 686).

Grada Kilomba (2019, p. 50) acrescenta que conceitos como erudição, conhecimento e ciência “estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial”. É preciso questionar a lógica vigente que autoriza que o ambiente acadêmico seja um espaço branco que nega a fala a pessoas racializadas. Por isso, a mulher negra que atua na academia e que pauta sua ciência no feminismo negro, enfrentará constantemente a necessidade de afirmar seu trabalho e terá que lutar contra os sistemas múltiplos de subordinação (CRENSHAW, 2002).

Quando Carla Akotirene traz uma convocação às ingressantes na Universidade a incluírem na política de citação “mulheres da nossa família”, ela provoca a reflexão sobre os limites que a colonialidade do conhecimento estabelece ao vetar bricolagens possíveis. Não é uma defesa ao abandono às contribuições feministas hegemônicas, pelo contrário, é enxergar o mundo com lentes amplas que não ignorem as distorções e possibilitem múltiplas leituras.

O feminismo negro, assim como o indígena, o ecofeminismo, a teoria *queer* (*of color*), ainda é, em muitos campos de estudo, preterido. A intelectual negra estadunidense bell hooks (1995) enfatiza que em seu início acadêmico, as filiações teóricas e teses contaram com “poucas pessoas endossando meus esforços”. Grada Kilomba (2019, p. 51), intelectual negra portuguesa, relata situação semelhante: “é comum dizerem que meu trabalho acerca do racismo cotidiano é muito interessante, porém não muito científico”. Esse comportamento, verbalizado ou não, sistematiza o racismo acadêmico.

---

<sup>11</sup> O artigo publicado no Brasil em 2015 pela Revista Estudos Feministas data originalmente de 2004, publicado como capítulo do livro “We Real Cool: Black Men and Masculinity”.

Gloria Anzaldúa, intelectual chicana, também declarou as suas angústias frente às estruturas hegemônica e racista: “Como é difícil para nós *pensar* que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais *sentir* e *acreditar* que podemos!” (2000, p. 230). Nesse sentido, é importante problematizar o quanto tais experiências que causam sofrimento psíquico-emocional de cientistas e pesquisadoras negras. Afinal, conforme Kilomba (2019, p. 66)

Para quem devo escrever? E como devo escrever? Devo escrever contra ou por alguma coisa? Às vezes, escrever se transforma em medo. Temo escrever, pois mal sei se as palavras que estou usando são minha salvação ou minha desonra. Parece que tudo ao meu redor era, e ainda é, colonialismo.

No Brasil, os estudos relacionados à saúde mental especificamente da população negra ainda estão em crescimento, conforme Reinaldo Oliveira (2017), Marizete Damasceno e Valeska Zanello (2018). Compreende-se a saúde mental como estado de espírito caracterizado por bem estar emocional, bom ajustamento comportamental, relativa liberdade de ansiedade e de sintomas incapacitantes, e uma capacidade de estabelecer relacionamentos e de lidar com as demandas e estresses comuns da vida (APA, 2010). Inclusive, Oliveira (2017, p. 99) ressalta que a segregação “nas hierarquias social e profissional ocasionam fortes impactos na constituição da saúde mental, parte dos reflexos são diretamente proporcionados pelo mito da democracia racial que oprime, nega e desvaloriza a história, a cultura e as identidades negras”.

Escrever é um atrevimento que pode causar insegurança, considerando a estrutura racista que avalia, aprova, valida e propaga as produções científicas. Agregando o que Oliveira (2017) nomeou de “apartheid psíquico”, podemos usar essa metáfora para entender o que acontece no ambiente acadêmico e que precisa ser combatido. Por sua vez, bell hooks (1995, p. 474) sintetiza a questão da afirmação da intelectualidade da mulher negra e apresenta estratégias:

Para contrabalançar a baixa estima constante e ativamente imposta às negras numa cultura racista/sexista e anti-intelectual, aquelas entre nós que se tornam intelectuais devem estar sempre vigilantes. Temos de desenvolver estratégias para obter uma avaliação crítica de nosso mérito e valor que não nos obrigue a buscar avaliação e endosso críticos das próprias estruturas, instituições e indivíduos que não acreditam em

nossa capacidade de aprender. Muitas vezes, temos de ser capazes de afirmar que o trabalho que fazemos é valioso, mesmo que não seja julgado assim dentro de estruturas socialmente legitimadas. Afirmando no isolamento que o trabalho que fazemos pode ter impacto significativo numa estrutura coletiva, devemos com frequência tomar a iniciativa de chamar a atenção para o nosso trabalho de um modo que reforce e fortaleça um senso de público.

Essas estratégias se apresentam como um caminho possível para implodir a estrutura racista imposta. Nesse sentido, Conceição Evaristo (2018) questiona as regras que a reconheceram enquanto intelectual tão tardiamente, aos 71 anos: “Enquanto você vê outras expoentes na literatura que às vezes são meninas com idade para serem minha neta [...], são mais jovens, são brancas, têm sua competência logo revelada”. Agora, aos 76 anos, Conceição venceu o Prêmio “Intelectual do Ano” – Troféu Juca Pato<sup>12</sup> de 2023, organizado pela União Brasileira de Escritores pela obra *Canção para ninar menino grande* (UBE, 2023).

O que Carla Akotirene faz ao narrar a trajetória acadêmica, a experiência profissional e as vivências pessoais - não necessariamente nessa ordem - cumpre o que hooks (1995) descreveu. Ao reunir teoria e práxis, a fala de Akotirene teve um tom de desabafo e de convite a todas as mulheres negras que ocupam o feminismo acadêmico. Além disso, endossa a defesa feita em *O que é Interseccionalidade?*, livro publicado em 2018, que contribuiu para propagar o termo cunhado por Crenshaw, aproximando pessoas que estão à margem acadêmica (AKOTIRENE, 2018). Logo, afirmar-se intelectual, advindo de uma mulher negra, pode soar como prepotência, dado o contexto social capitalista de supremacia patriarcal branca, mas é ato político, é resistência.

A força dos aplausos e a sessão de fotos no pós-palestra pareceram responder afirmativamente à pergunta de Carla, mas será esse um indicador confiável? Em uma sociedade transacionada para a suposta Revolução 5.0, cujas repercussões são virais, as relações pessoais se confundem com as interações virtuais, e os cancelamentos estabelecem o tom “politicamente correto”, como fazer essa análise? Ou quais seriam os critérios que autorizam alguém ser reconhecida como intelectual? Antes de desfazer a “mesa”, Cecília Sardenberg salientou que as produções de Akotirene são citadas em

---

<sup>12</sup> Referência desde 1962, pela primeira vez na história, o prêmio Troféu Juca Pato foi concedido a uma escritora negra.



muitos dos anteprojetos nas seleções do PPGNEIM e nos trabalhos de conclusão de curso do Bacharelado (TV UFBA, 2023).

Outro aspecto nos chama atenção é como as bibliotecas e repositórios estão se organizando para a aquisição de obras de intelectuais negras da atualidade? A professora adjunta da UFBA, Bárbara Carine Soares Pinheiro, mais conhecida com o *user* @uma\_intelectual\_diferentona no *Instagram* relatou a situação de palestrar gratuitamente em uma universidade pública federal e ser surpreendida com o comentário de um estudante que não encontrou o livro, tema da palestra, na biblioteca. Pinheiro (2023) atribui ao movimento pop o reconhecimento na rede social, “mas ainda seguindo sem validar nossa intelectualidade presente em nossas produções literárias [...] e que deve estar presente em suas bibliotecas e programas de disciplinas”.

É do capitalismo se apropriar de pautas importantes com notoriedade em evidência para retornos econômico-financeiros. O mercado editorial e, conseqüentemente, as universidades não estão imunes a esses usos para fortalecimento da imagem e reputação perante a sociedade, além de resultar maior visibilidade. Dessa forma, é provocador refletir o quanto essas palestras se reverberam na *práxis* da instituição de ensino. Caso contrário, tal comportamento mais uma vez mascara a afirmação da intelectualidade de mulheres negras, reforçando o extrativismo (hooks, 1995) e o lugar da “Outra” (BORDO, 2000; KILOMBA, 2019).

Em dados compartilhados pela *Parent in Science* (2023), referentes a marcadores de gênero e de raça/cor na participação bolsas de produtividade em pesquisa (PQ) em 2023, concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), observa-se o reforço desse silenciamento. Pesquisadoras pretas não alcançam 1% das bolsas (0,8%); mulheres pardas, 4,8%; e mulheres indígenas, ínfimos 0,1% em contraste a 31,3% de mulheres brancas. Enquanto quase metade das bolsas (46,5%) é destinada a homens brancos. A situação é ainda mais preocupante ao analisar as PQ-1A, o nível mais alto destas bolsas: homens brancos têm um crescimento de 25% na representação, alcançando 58,2%, em oposição à retração para mulheres: as pretas e as indígenas caem para 0%; as pardas, 1,3% e as brancas, 29,8%, conforme *Parent in Science* (2023).

A questão não é de mérito, muito menos de competência ou de inexistência de pessoas negras no ambiente acadêmico, considerando que no Brasil as políticas

afirmativas já apresentam maior paridade na representação de pessoas negras no ensino superior. Os dados da *Parent in Science* (2023) indicam um aspecto discriminatório existente na lógica científica. Mulheres negras e indígenas não acessam financiamentos que possibilitam maior qualidade na produtividade e *status* profissional. O que nos leva a problematizar que suas temáticas de pesquisa não alcançam a “relevância” exigida. Para não citar as políticas regionais das produções que excluem as que estão localizadas às margens. Mais uma vez, constata-se que a crença em “somar ou agregar” não garante que pesquisas de mulheres negras/indígenas bolsistas sejam antirracistas e feministas, afinal, pessoas negras também são atravessadas pelo racismo e sexismo presentes na ciência (hooks, 1995; BORDO, 2000).

Nesse sentido, Lélia Gonzalez (1984, p. 224) é categórica ao afirmar que “para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”. Tais aspectos rememoram o marco das políticas afirmativas no Brasil como estratégia e institucionalização da garantia de acesso da população negra ao ensino superior (RIOS, 2018). A reorganização necessária do ativismo e da força dos movimentos sociais ganharam ênfase na primeira metade da década de 1990 que, segundo Flávia Rios (2018), foi fundamental para o pós-transição democrática do país. Entre parcerias e articulações, a rede de ativismo antirracista em esfera internacional e federal tensionaram a aprovação da Lei de Cotas, sancionada no governo Dilma Rousseff, a chamada Lei 12.711/2012, após uma década de vigência das ações afirmativas no Brasil em função da autonomia de ação de instituições públicas de terceiro grau (RIOS, 2018).

Na UFBA, ações afirmativas foram implementadas na graduação a partir de 2005 e, hoje, 45% das/os estudantes são cotistas. O ingresso pelas cotas contou com três momentos: i) por critérios raciais (2005-12), ii) por inclusão de variáveis socioeconômicas e de escolaridade (a partir de 2012) e iii) por adoção das vagas supranumerárias (a partir de 2017). O perfil de técnicas/os negras/os é de 70,6% e de 40,4% docentes. Vale destacar que o quadro de técnicas/os e docentes são efeitos da lei de cotas nos concursos a partir de 2014. Tanto no ingresso estudantil quanto docente e técnico, as autodeclarações (preta ou parda) são avaliadas por uma comissão de heteroidentificação (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2023<sup>13</sup>).

---

<sup>13</sup> Os dados divulgados não incluíram gênero, portanto, tornou-se inviável analisar o racismo genderizado.

Se o racismo científico é notório nos níveis mais altos, a graduação se torna cena da reprodução de matrizes de opressão (racismo, sexismo, LGBTQIAPN+fobia, capacitismo) em primeira instância, conforme sinalizado por Akotirene em seu discurso. Problematicar esses fatos possibilita que a Universidade promova a permanência das minorias que conseguiram acessar e expanda o acesso. O olhar antirracista deve ser convertido em epistemologias, nessa junção de teoria e *práxis* como diferencial acadêmico.

Sob esse olhar, o PPGNEIM tem sido um importante mediador de instrumentalização da análise de fenômenos sociais. Inclusive, Joana Brandão Tavares, egressa do PPGNEIM, recebeu a menção honrosa no Prêmio Capes de Tese 2023, na área interdisciplinar, pelo trabalho defendido em 2022: *Agência feminina, terra e multissensorialidade: a mitopráxis Tikmũ'ũn no cinema*, sob orientação de Maíra Mano (CAPES, 2023). A tese aborda a expressão das relações de gênero para compreender, nos filmes e por meio deles, a agência das mulheres indígenas, observando as relações de alteridade no cotidiano do povo Tikmũ'ũn.

Outro destaque na fala de Akotirene foi sobre o Observatório de Monitoramento da Aplicação da Lei Maria da Penha (OBSERVE) como um lugar que proporcionou a possibilidade de compreender a realidade que ela estava inserida, sua família, os ciclos de violência, ou seja, sua posicionalidade, através do tratamento e interpretação dos dados sobre a Lei 11.340/2006. Segundo Sardenberg (2021, p. 104), “Ressalte-se que o OBSERVE permanece em funcionamento no NEIM, embora não mais como Consórcio e sim como projeto, voltando-se agora para a interiorização da Lei Maria da Penha na Bahia”.

Akotirene ainda cita desafios enfrentados enquanto pesquisadora no momento da coleta de dados para a monografia. À época, Carla sofreu racismo religioso no campo (a penitenciária) em tentativas de dificultar o acesso à unidade prisional por ser de Candomblé. Assim como ela, outras acadêmicas negras já haviam relatado experiências desconfortáveis na produção dos seus trabalhos em ambientes de encarceramento, como a socióloga e doutoranda em Ciências Sociais Jamile Carvalho (2019), conforme relatado no artigo *Processos de criminalização e a participação feminina no tráfico de drogas*.

Jamile Carvalho (2019) problematiza como a prisão funciona como ambiente de controle social e extermínio da população negra, protagonizando em seu artigo a história

de vida de jovens negras na trajetória de criminalização e situação prisional. Na pesquisa de campo, ela foi impedida de usar qualquer instrumento de apoio para a transcrição e anotação das entrevistas, como estratégia institucional similar ao que Akotirene relatou.

Durante a produção deste artigo, fomos surpreendidas pelas notícias do dia 17 de agosto de 2023, em diversos veículos de notícias baianos e do país, sobre o assassinato da líder quilombola Bernadete Pacífico. A ialorixá e líder da comunidade Pitanga dos Palmares-BA, de 72 anos, coordenava a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq) e atuou como secretária de Promoção da Igualdade Racial de Simões Filho (BA). No seu último encontro com a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, Bernadete denunciou as ameaças e violências<sup>14</sup> contra a sua comunidade, pedindo proteção e ação efetiva aos órgãos competentes (G1 Bahia, 2023). Segundo Lélia Gonzalez (1982), o papel de liderança da mulher negra e pobre (a ialorixá ou mãe de santo) na dimensão religiosa, firma-se como uma relação paradoxal de posição de poder, mas não retira o selo de “objeto de perseguição” por líderes de outras religiões e pela polícia.

Quilombo é espaço e símbolo de resistência negra das lutas pela terra comunitária. É fonte crucial das memórias e da história de um povo que não sucumbiu à dominação e que se apoia, resistindo enquanto coletividade, para a manutenção das suas práticas culturais, políticas, religiosas e os seus saberes tradicionais. No artigo *Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso*, publicado originalmente em 1982, Beatriz Nascimento (2021), historiadora e intelectual negra, enfatiza os interesses e constantes perseguições às comunidades quilombolas em função desses territórios serem vistos como possibilidade de ganhos financeiros pelo capitalismo desenvolvimentista.

O que Nascimento atribuíra como passado, em 1982, ainda se mostra atual em 2023. Para Antônio Bispo Santos, mais conhecido como Nêgo Bispo, militante do movimento social quilombola em seu livro *Colonização, Quilombo: modos e significados*, não existiria diferença entre o ataque dos colonizadores contra o Quilombo de Palmares no século XVII e os atuais ataques praticados pelo grande capital contra as comunidades atingidas pelos megaprojetos, ditos "empreendimentos" (SANTOS, 2015).

---

<sup>14</sup> As ameaças estariam associadas à pressão por grupos associados à especulação imobiliária. Importa ressaltar também que Flávio Gabriel Pacífico, filho de Bernadete, foi assinado no mesmo local há seis anos atrás. O crime continua sem solução definitiva pela polícia.

Ou seja, o que ocorreu com a lalorixá Bernadete Pacifico e com a comunidade de Pitangas dos Palmeiras é regra diante do quadro generalizado de novas formas de colonização e expropriação dos territórios de povos originários e comunidades quilombolas, sem falar em toda a degradação ambiental dos ecossistemas.

Ainda sobre os aspectos de vivência do racismo, Akotirene toca em questões vitais da ideologia que perpetua opressões na sociedade brasileira e estruturam o abolicionismo penal, o trabalho doméstico e a objetificação das mulheres (negras). É necessário observar como as nossas realidades enquanto filhas, netas e/ou bisnetas de trabalhadoras domésticas são emblemáticas nas trajetórias seguidas/rompidas, assim como as estratégias e relações violentas de poder aparente e percebido (FIGUEIREDO, 2011). Sem perder de vista que o racismo e sexismo estruturam de forma objetiva a reprodução de uma divisão racial do trabalho (GONZALEZ, 1982), sendo a mulher negra considerada propriedade e objeto de troca (AMORÓS, 1985) mesmo em relações entre pessoas em situação de rua, como sinalizou Akotirene.

O encaminhamento final do discurso foi o chamamento para a atualização das ementas em todos os cursos da UFBA, principalmente aos vinculados ao NEIM (Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade e o mestrado e doutorado do PPGNEIM), diante de toda origem e pioneirismo. Em *Interdisciplinaridade e Estudos Feministas: uma relação em construção na Universidade Federal da Bahia*, Cecília Sardenberg e Márcia Macedo (2022) realizam uma sistematizada apresentação sobre a experiência do PPGNEIM como importante iniciativa voltada para o fortalecimento do campo de estudos feministas que tem na interdisciplinaridade a sua base. De modo que a crítica de Akotirene é destacada como objeto de pesquisa nas motivações investigativas da nova geração de pós-graduandas/os/es do programa “conquistando avanços não apenas na busca de novas respostas, mas, principalmente na possibilidade de propor novos questionamentos a partir de análises bastante originais (SARDENBERG; MACEDO, 2022, p. 26).

Dessa forma, observa-se que a atenção para a inclusão temática(s) já integra a gênese da crítica feminista à ciência, mas é preciso lutar pelo “significado cultural dessa inclusão” (Bordo, 2000, p. 24). Nesse sentido, mudanças individuais de docentes estão acontecendo nos departamentos, colegiados e cursos, porém não de forma

institucionalizada. Ou seja, com a mudança da(s) pessoa(s) que ministra(m) a disciplina, os marcos referenciais tendem a ser alterados (ou mantidos, incidindo em conformidade).

Movimentos estão sendo realizados em uma percepção conjuntural da importância dos novos olhares para as “verdades” estruturantes, assim como diante das tensões e provocações de discentes que sinalizam as faltas a serem preenchidas – uma renovação necessária para os cursos e áreas do conhecimento. O discurso de Carla Akotirene endossa a luta por um feminismo inclusivo e antirracista, pois, parafraseando Sandra Farganis (1997), uma ciência sobre mulheres é uma ciência para as mulheres.

## **Considerações Finais**

Acreditamos que a discussão das questões apresentadas possibilitou compreender alguns desafios que o feminismo, inclusive o acadêmico, enfrenta em prol de uma ética feminista e antirracista, pois, conforme apresentado neste artigo, teoria e *práxis* são indissociáveis na luta por transformação social. E, a cada ponto de análise, o diálogo entre as epistemologias feministas e os dados fortaleceram nossa ideia.

A importância está em provocar mudanças que tornem menos opressoras e violentas a participação das mulheres negras no cenário acadêmico com o objetivo de garantir maior equidade na elaboração, na aplicação e na valorização do ensino, pesquisa e extensão. Isto inclui efetivar novos modos de operar avanços já conquistados para progredir no combate ao racismo, assim como mais estudos que foquem na saúde mental de pesquisadoras/es negra/os. Afinal, construir táticas de sobrevivência continua sendo uma realidade dentro e fora da academia, e inclui fortalecer nossa intelectualidade, memória e saberes ao romper as hierarquizações do conhecimento.

Encaminha-se, portanto, que investigações futuras realizem o esforço de verificar as autoras mais citadas nas teses na segunda década do PPGNEIM para comparar com o levantamento que Maíra Mano fez sobre a primeira década (Mano; Sardenberg, 2021), expandindo para as dissertações e para as monografias do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade. Assim, é possível quantificar o impacto da ética feminista e antirracista nas produções e observar as atualizações nas ementas das disciplinas.

Ampliar o debate sobre gênero, raça e demais categorias nos estudos brasileiros realça a relevância da multidisciplinaridade promovida pelos cursos vinculados ao

NEIM/UFBA e renova o compromisso por um feminismo acolhedor a ambiciosas e insurgentes pesquisas. As epistemólogas feministas nos convidam a exercitar a tolerância diante das nossas produções com a responsabilidade de construir redes de cooperação, de afirmação e de difusão de conhecimento. Que nos próximos 40 anos, a realidade nos afaste de querer provar nossa masculinidade e nos apresente novos desafios.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMORÓS, Célia. **Hacia una crítica de la razón patriarcal.** Madrid: Anthropos. 1985.

ANZALDUA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 08, n. 01, 2000, pp. 229-236.

APA - AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Dicionário de Psicologia da APA.** Gary R. VandenBos (Org.), tradução: Daniel Bueno, Maria Adriana Veríssimo Veronese, Maria Cristina Monteiro; revisão técnica: Maria Lúcia Tiellet Nunes, Giana Bitencourt Frizzo. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BORDO, Susan. A feminista como o Outro. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 8, No. 1, 2000, pp.10-29.

CAPEs - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Prêmio CAPEs de Tese:** Edição 2023. Edital N° 02/2023, Resultado Final. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/resultados-dos-editais/31082023\\_Edital\\_2049125\\_Edital\\_2\\_2023\\_site.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/resultados-dos-editais/31082023_Edital_2049125_Edital_2_2023_site.pdf). Acesso em: 04 set. 2023.

CARVALHO, Jamile dos S. Processos de criminalização e a participação feminina no tráfico de drogas. **Plural**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 103-132, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment.** New York: Routledge, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99–127, jan. 2016.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n° 1, 2002, pp. 171-188.

CRUZ, F. M. da.; OSTERMANN, A. C.; ANDRADE, D. N. P.; FREZZA, M. O trabalho técnico-metodológico e analítico com dados interacionais audiovisuais: a



disponibilidade de recursos multimodais nas interações. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 35, n. 4, 2019.

DAMASCENO, Marizete G.; ZANELLO, Valeska M. L. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência E Profissão**, 38(3), 2018, pp. 450–464.

EVARISTO, Conceição. É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora. [Entrevista concedida a] Júlia Dias Carneiro. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro: 9 março, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948>. Acesso em: 19 set. 2023.

FARGANIS, Sandra. O Feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (orgs.), **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 224-240.

FERREIRA, Lola. **Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia**. Gênero e Número. 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

FIGUEIREDO, Angela. Condições e contradições do trabalho doméstico em Salvador In: MORI, N.; FLEISCHER, S.; FIGUEIREDO, A.; BERNARDINO-COSTA, J.; CRUZ, T. (Orgs). **Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador**. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2011, 232p.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem políticoeconômica. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020f. p. 49-64,1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília, Anpocs, p. 223-244, 1984.

G1 Bahia. **Ex-secretária da Igualdade Racial, ialorixá e mãe de quilombola assassinado**. São Paulo, 18 de setembro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/08/18/ex-secretaria-da-igualdade-racial-ialorixa-e-mae-de-quiolombola-assassinado-quem-e-bernadete-pacifico-morta-a-tiros-na-bahia.ghtml>. Acesso em: 04 de setembro de 2023.

HARDING, Sandra. ¿Existe un método feminista? Tradução de Gloria Elena Bernal. In: BARTRA, Eli (org.). **Debates en torno a una metodología feminista**. México, D.F.: UNAM, 1998.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, ano 3, p. 464-478, 2º semestre, 1995.





\_\_\_\_\_. Escolarizando homens negros. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 677–689, set. 2015.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio De Janeiro: Cobogó, 2019.

MANO, Maíra K. T.; SARDENBERG, Cecília M. B. Heleieth e as diferentes gerações de feministas do NEIM/UFBA. **Rev. Estud. Fem.**, vol. 29, no. 1, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. In: RATTIS, Alex (Org.). **Uma história feita por mãos negras: relações sociais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Reinaldo J. Segregação racial, territórios negros e saúde mental. **ODEERE**, v. 2, n. 4, p. 84-109, 2017.

PARENT IN SCIENCE. **Seguindo as análises das bolsas PQ**. 05 de setembro de 2023. Instagram: @parentinscience. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CwyiOZKJCwH/?igshid=ZjA4NGQ2NTI1Ng%3D%3D>. Acesso em: 06 set. 2023.

PINHEIRO, Bárbara C. S. **Há algumas semanas, palestrando**. Salvador, 23 de agosto de 2023. Instagram: @uma\_intelectual\_diferentona. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CwTIpehJ6Yz/?igshid=ZjA4NGQ2NTI1Ng==>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PPGNEIM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO. **Nota de Pesar**. 2023. Disponível em: <http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/pt-br/nota-de-pesar-2>. Acesso em: 04 set. 2023.

RIOS, Flávia. Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016). In: LAVALLE, A.G., CARLOS, E., DOWBOR, M., and SZWAKO, J., comps. **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 255-283.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB, 2015.

SARDENBERG, Cecília. M. B. História e Memória do Feminismo Acadêmico no Brasil: O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher- NEIM/UFBA (1983-2020). **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021.

SARDENBERG, Cecília M. B.; MACEDO, Márcia S. Interdisciplinaridade e Estudos Feministas: uma relação em construção na Universidade Federal da Bahia. In: TAVARES, Márcia S.; SOUZA, Ângela M. F. L. (Org.). **Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo**. Salvador: EDUFBA, 2022. 331 p.



TV UFBA. **40 anos do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher.**

YouTube, 19 de maio de 2023. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=iFV5htP1MVo>. Acesso em: 02 jul. 2023.

UBE - UNIÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES. Troféu Juca Pato 2023. UBE: 2023.

Disponível: <https://ube.org.br/juca-pato-2023/indicados-2/>. Acesso em: 22 set. 2023.

UFBA- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Perfil racial da comunidade universitária confirma sucesso das ações afirmativas na UFBA.** 10 de fevereiro de 2023. Disponível em: [https://www.ufba.br/ufba\\_em\\_pauta/perfil-racial-da-comunidade-universitaria-confirma-sucesso-das-acoes-afirmativas-na](https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/perfil-racial-da-comunidade-universitaria-confirma-sucesso-das-acoes-afirmativas-na). Acesso em: 06 set. 2023.